

OS PRIMEIROS GRUPOS DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Andrew Feitosa do Nascimento

Graduado em Educação Física pela Universidade Católica Dom Bosco,
Integrante do Universo Dialógico - Grupo de Pesquisa em Cultura, Política & Diversidade.

e-mail: andrew_ufms.ucdb@hotmail.com.

NASCIMENTO, Andrew Feitosa do. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo. *albuquerque* – revista de história. vol. 7. n. 13. jan.-jun./2015, p. 62-84.

Resumo: Situado no campo de gênero e tendo como objeto de estudo o movimento de afirmação homossexual no Brasil, apresentamos os resultados da pesquisa *Os Grupos de Afirmação LGBT no Brasil Contemporâneo - Levantamento e Análise de suas Propostas*, integrada ao projeto *Homossexualidade & Homofobia, Representações & Mídia no Brasil Contemporâneo*. Buscamos identificar e mapear os grupos representativos do movimento lgbt no Brasil, bem como seus conteúdos programáticos e maneira em que vão se articular buscando visibilidade. Estruturada sobre metodologia quanti-qualitativa, a pesquisa foi realizada no período de agosto de 2012 até julho de 2013, compreendendo revisão bibliográfica referente ao movimento homossexual no Brasil; levantamento dos grupos por meio da bibliografia especializada, dos sítios específicos na web, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, e a estruturação das fichas de identificação dos grupos encontrados. Terminamos ressaltando a importância dos movimentos para uma sociedade democrática, legitimando suas lutas que partiram de um viés democrático e se defrontaram, no transcurso da história, com diversas instituições que representaram e representam, o papel de normalizadoras da conduta, com seus processos de controle e repressão.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Movimentos Sociais; Movimento Homossexual Brasileiro.

Abstract: Situated in the gender field and considering the homosexual affirmation movement in Brazil, we present the results of the research *The LGBT Affirmation Groups in Contemporary Brazil - Gathering and Analysis of their Proposals*, which is integrated to the project *Homosexuality & Homophobia, Representations & Media in Contemporary Brazil*. We sought to identify and map out representative groups of LGBT movement in Brazil, as well as their program contents and how they will be articulated when searching for visibility. Based on quantitative-qualitative methodology, this research was carried out from August/2012 to July/2013, comprising a bibliographic review referring to the homosexual movement in Brazil; gathering of groups through specialized literature, specific sites in the web, and Brazilian LGBT Association; and structuring of group identification sheets found. We finish highlighting the importance of movements for a democratic society, legitimizing their struggles that came from a democratic bias and faced, throughout history, with several institutions which represented and represent the role of conduct regulators, with their control and repression processes.

Key-words: Gender Studies; Social Movements; Brazilian Homosexual Movement.

Gênero e historiografia – para se observar o movimento lgbt



Se revermos o aparecimento da categoria “gênero” na historiografia, que se deu na segunda metade do século XX, percebemos a sua importância no contexto sociopolítico, principalmente, para a desconstrução de um ideário machista provindo de valores deterministas biológicos. A sua importância pode ser ressaltada também, pelo crescente estudo sobre sexo e sexualidade, onde a categoria, “tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual e papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”.¹

A categoria “gênero” foi, ao longo da história, essencialmente, enfatizada por pesquisadores da história da mulher que, apropriando-se do conceito, buscavam desconstruir uma história política centrada no homem, e conseqüente, alguns valores de uma sociedade machista que forjaram a história. Esta associação é explicada por Joan Scott no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Segundo a autora,

Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”. Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. [...] Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se podia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80.²

¹ SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Educação e Realidade**, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p. 75.

² Idem.

Os pesquisadores deste campo propuseram um estudo das mulheres que não apenas acrescentariam novos temas à história, mas sim impunha “um exame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”.³ Propondo assim, não inserir a história das mulheres na história, mas criar uma nova história partindo da experiência das mulheres. Esta nova história, era tão dependente do desenvolvimento do termo “gênero” como categoria de análise, como das categorias “classe” e “raça”.

As analogias com a classe e com a raça era explícitas; de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global, invocaram regularmente as três categorias como cruciais para a escrita de uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos.⁴

No entanto, a mesma autora pondera que a categoria “gênero” contribui para a história em geral, e não apenas para a história da mulher. Pode se perceber acima, porque Scott defendia essa ideia, pois as questões das desigualdades de poder perpassam o campo de estudo da história da mulher e atingem outras minorias sociais.

Scott ainda alerta que, “além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”.⁵ Elucidava-se a autora, que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, conseqüente, o entendimento de situações das mulheres deveria ser analisado junto ao universo do homem. Não dissociando a experiência de um sexo para com o outro, o termo “gênero”, “também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”.⁶ E assim, o núcleo da definição de gênero,

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significações às relações de poder.⁷

A categoria gênero faz-nos pensar sobre as naturezas atribuídas aos homens e mulheres, pois se rejeita explicações biológicas, conseqüente, idéias como, a mulher é o sexo frágil e o homem com a força natural superior. Com isto, o termo torna-se então, “uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”.⁸

Sabe-se que as ciências sociais, especialmente a Antropologia e a Sociologia, propuseram-se a discutir tais naturalizações que foram explicadas e entendidas como questões biológicas, mas que na verdade, foram construídas pelo homem a partir de seu contexto sociocultural. Claude Lévi-Strauss, numa discussão relacional entre o “ser biológico” e o “indivíduo social”, realiza algumas perguntas que servem de subsídios para reflexão sobre esta questão, qual seja: “Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura?”.⁹ Sem dúvida as respostas para estas perguntas são complexas, pois como alerta o autor, “o homem é um ser biológico ao mesmo tempo que um indivíduo social”.¹⁰

Antropologia perspectivista de Eduardo Viveiros de Castro¹¹ contribui com uma ideia importante sobre a formação cultural. Estudando a relação entre o “nativo” e o “antropólogo”, o autor destaca algumas diferenças entre os mesmos. Segundo ele, o nativo, diferente do antropólogo que possui a consciência de sua condição cultural, vive sua cultura como se fosse algo natural e universal.

Na discussão dos condicionamentos culturais, enfatizando nos significados e nos sentidos como pertencentes a um sistema cultural, Didier Eribon alerta que,

um “sujeito” sempre é produzido pela ordem social que organiza as “experiências” dos indivíduos num dado momento da história. Ser

⁷ Idem, *ibidem*, p. 71.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 75.

⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 42.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 41.

¹¹ CASTRO, Eduardo V. de. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, abr. 2002, p. 113-148. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext>. Acesso em 23/08/2013.

“sujeito” e estar subordinado a um sistema de constrangimentos são uma única e mesma coisa. Mas é ainda mais para os “sujeitos” aos quais num lugar ‘inferiorizado’ é atribuído pela ordem social e sexual, como é o caso dos homossexuais.¹²

Porém, antes de buscar resgatar os significados atribuídos aos homossexuais, é preciso buscar entender condições culturais que são impostas naquele momento, pois “as mesmas palavras, os mesmos gestos, as mesmas características podem ter significações diferentes em contextos diferentes e só podem, portanto, ser compreendidas se forem de novo inscritas em seus ‘sítios’ históricos”.¹³ Buscando refletir sobre os processos de “sujeição” e partindo de tais processos, o autor afirma que também, embora “as figuras da ‘homossexualidade’ são sempre específicas a situações culturais dadas. [...] existe um tipo particular de violência simbólica que se exerce sobre aqueles que amam o mesmo sexo”.¹⁴ É justamente este tipo de violência que Eríbon busca elucidar quando pergunta:

O que nos ensina essa descrição da homossexualidade sobre a sociedade da época, sobre a maneira como eram moldadas as categorias do “gênero” e da “sexualidade”, sobre as relações entre as pessoas do mesmo sexo, sobre a maneira como eram percebidas e vividas diferentemente conforme os meios sociais.¹⁵

Em vez de responder o que a sociedade nos ensina sobre a homossexualidade de acordo com os significados existentes em nossa cultura, fazendo um esforço de não emitir juízos de valor e contextualizar historicamente essa descrição, vamos problematizar ainda mais esta pergunta utilizando as discussões e os conceitos supracitados de Strauss, Castro e Didier.

Sobre o “ser biológico” e o “indivíduo social” na formação de uma pessoa, foi possível ao longo da história, bem separa-las, quando a discussão foi voltada para a questão da homossexualidade? Numa sociedade em que o modelo binário sexual é considerado certo, o indivíduo na condição de nativo, naturalizando os significados de seu sistema cultural, exerceram/exercem algum tipo de violência aos homossexuais?

¹² ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008, p. 15-16.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 17.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 16.

Por último, perguntaríamos se todas estas perguntas aqui realizadas, além proporcionar uma reflexão sobre a condição do homossexual na sociedade, serviriam também como base para a justificativa de ter como objeto de estudo a homossexualidade.

Com certeza, as respostas de tais perguntas nos reportariam à questões e valores depreciativos que tratou a sociedade sobre a homossexualidade em nossa época e de outros períodos. Aliás, as violência simbólica e física são mais antigas que o próprio termo “homossexual”¹⁶. Benkert “fue quien, en 1869, acuñó el término (homosexualidad), que se ha convertido en la palabra generalmente aceptada para designar los actos sexuales entre personas de un mismo sexo.”¹⁷

Na Alemanha, o médico húngaro Benkert lutava contra o Estado pela abolição do parágrafo 175¹⁸. Afirmava o médico em uma carta ao Ministro da Justiça que, o homossexual era racional e que o Estado não poderia intervir em questões particulares, como as relações afetivas seus cidadãos.

No Brasil, a tradição religiosa cristã instalada juntamente aos demais elementos europeus posições próprios do processo colonizador, construiu bases sólidas para manutenção de sua hegemonia e representaram, no transcurso desta história, muito bem o papel de normalizadoras do desejo, com seus processos específicos de controle da conduta e repressão daqueles que se desviaram/desviam do conjunto de regras por elas elaborados.

Face ao problema de opressão e exclusão no Brasil, surgem os movimentos sociais. Segundo Maria da Glória Gohn,¹⁹ estes movimentos são considerados por alguns

¹⁶ “Atualmente, a maneira mais generalizada de que dispomos para definir quem transa com o mesmo sexo é a categoria de ‘homossexual’, com todas as suas limitações. Por mais daninha que essa categorização possa ser, enquanto restritiva e negativa, trata-se de um instrumental linguístico - assim como em outros tempos usavam-se também restritiva e negativamente “sodomita”, “somitigo”, “uranista”, “tribade” (para mulheres) etc.” TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso - a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 3 ed. rev. amp. São Paulo: Record, 2000, p. 37.

¹⁷ LAURITSEN, John & THORSTAD, David. **Los primeros movimientos en favor de los derechos homosexuales (1864-1935)**. Barcelona: Tusquets Ed., 1974, p. 20.

¹⁸ “A últimos de 1860 se redactó um nuevo código penal para La Federación Alemania Del Norte. Este declaraba que los actos homosexuales (entre hombres) eran delito, siguiendo en ello el modelo del párrafo 143 prusiano. En 1871, esta disposición fue introducida sin ningún debate por el Reichstag, pasando a constituir el párrafo 175 del nuevo código penal del Segundo Reich.” LAURITSEN, John & THORSTAD, David. **Los primeros movimientos en favor de los derechos homosexuales (1864-1935)**. Op. Cit., p. 19.

¹⁹ GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

analistas, como forma de fazer política. Visando melhorias de uma sociedade mais justa, tais movimentos possuem reivindicações que vão de encontro ao interesse do grupo e tencionam o Estado e a sociedade a atendê-los. Ainda se referindo aos movimentos, autora afirma que,

o tempo passou, surgiram novos campos temáticos de luta que geraram novas identidades aos próprios movimentos sociais, tais como na área do meio ambiente, direitos humanos, gênero, questão étnico-raciais, religiosas, movimentos culturais etc.²⁰

Dos ligados as questões de gênero no Brasil, destacamos neste trabalho, o movimento LGBT. Buscamos identificar e mapear os grupos representativos do movimento no Brasil, bem como seus conteúdos programáticos e maneira em que vão articular buscando visibilidade.

Os modos de pesquisar

Raymond Williams no texto *Base e superestrutura na teoria cultural marxista* apresenta dois conceitos importantes ao discutir a sociedade multifacetada, qual seja, cultura residual e cultura emergente. Sobre esses conceitos, Williams pondera que “por ‘residual’ quero dizer que algumas experiências, significados e valores, que não podem ser verificados ou expressos nos termos da cultura dominante, são, apesar de tudo, vividos e praticados sobre a base de um resíduo – tanto cultural quanto social – de alguma formação social prévia”. Já “por ‘emergente’ entendo, primeiro, que novos significados e valores, novas práticas, novas significações e experiências, são criadas continuamente”.²¹

Para além de tais questões, importa-nos perceber como se desenvolveu a trajetória dos movimentos gays contemporâneos no Brasil – o que pode se efetivar a partir da leitura de matérias publicadas nos principais jornais do país e na produção dos próprios grupos de afirmação homossexual surgidos no final da década de 1970 e na seguinte.

Para tanto, buscamos parte daquilo que restou dos feitos de outro tempo. Se não é possível reconstituir *ipsis verbis* os diversos embates entre aqueles que hoje nomeamos LGBTs e os grupos hegemônicos (religiosos ou civis), é possível tomar o que deles restou

²⁰ GOHN, Maria da Gloria. (Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 7.

²¹ WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**. mar./mai. 1989. São Paulo: USP/CCS, 1989, p. 218.

entre os embates, como também, resgatar indícios de uma atmosfera política e social conservadora e repressiva. Assim, utilizamo-nos de jornais, revistas e da bibliografia especializada. Nem tudo, entretanto, receberá o mesmo tratamento.

Raymond Williams aponta uma perspectiva interessante: na sociedade, há grupos produtores de uma cultura hegemônica e outros que produzem uma cultura de oposição e aqueles que constroem uma cultura alternativa. Entendo a proposta de ruptura como uma cultura de oposição e aquela que pode conviver com a norma (ou nela inserir-se, ocasionalmente) como uma cultura alternativa.

Para além da discussão cultural que podemos categorizar os grupos, essa pesquisa estrutura-se sobre uma metodologia quanti-qualitativa, envolvendo ações de identificação dos grupos pertencentes ao movimento homossexual e, posteriormente, de análise da documentação adquirida. No que diz respeito à parte quantitativa, construímos gráficos de acordo com os resultados do levantamento e, na parte qualitativa do estudo, realizamos a construção do perfil de cada grupo identificado.

O que conseguimos encontrar

“Brasil, ame-o ou deixe-o”. Começamos pelo *slogan* que caracterizou o mais recente período autoritário da história do Brasil, inaugurado pelo golpe civil-militar de 1964, encerrado vinte e um anos depois, quando da posse de José Sarney como primeiro presidente civil, mesmo que eleito indiretamente (o primeiro presidente civil eleito por meio de eleições diretas seria Fernando Collor de Melo, em 1989). O *slogan*, de inspiração norte-americana, frisava o patriotismo, a ordem e o progresso da nação nos chamados *anos de chumbo*, de 1969 até 1974, mas não apenas, encobrando a violência do regime.

Ao iniciarem o que acabaria sendo um período de vinte anos de governo autoritário, de 1964 a 1985, os militares brasileiros, apoiados pelas elites econômicas e a classe média, empenharam-se em um projeto altamente articulado de desenvolvimento tecnocrático que tinha o objetivo de projetar a economia brasileira no moderno sistema capitalista e de manter firmes as barricadas contra a ameaça do comunismo.²²

²² PARKER, Richard Guy. *Abaixo do equador*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 157.

Segundo o brasilianista²³ James Naylor Green, o ano de 1968 começou com protestos estudantis contra a ditadura e um sentimento crescente de otimismo quanto a possibilidade de retorno a um governo democrático. “Mas terminou com o Ato Institucional, o AI-15, decretando o fechamento do congresso, suspensão dos direitos constitucionais e a cassação de inúmeros mandatos”.²⁴ Como resposta ao Ato institucional AI-5, membros de organizações de esquerda partiram para a luta armada e sequestraram, em setembro de 1969, o embaixador americano no Brasil. Deste momento, Facchini faz ponderações de como o ato institucional interferiu na formação de possíveis grupos de afirmação homossexual.

“Todavia, parece claro que se o governo militar não tivesse deslanchado uma onda de repressão, ampliado a censura e restringindo os direitos democráticos em fins de 1968 com a imposição do AI-5 além de outras medidas, um movimento politizado pelos direitos de gays e lésbicas possivelmente teria surgido já no início dos anos 70.”²⁵

Além de retardar a formação e a organização dos grupos que viriam a compor o movimento LGBT, este período também condiciona a formação dos grupos. Segundo Facchini, além da ditadura estimular a formação de resistência em diversos setores sociais, também pode ter sido responsável pelo perfil fortemente anti-autoritário que marcou a primeira onda do movimento homossexual brasileiro. Por exemplo, as denúncias de violência por parte do Estado e seus aparatos repressivos estão presente em boa parte das produções feitas Grupo Gay da Bahia.

E ainda, na década de 1970 se verificou um crescimento sem precedentes na produção de estudos sobre as atividades associativas e as ações sem precedentes do que se convencionou chamar naquele momento de “movimentos sociais”. No entanto, tais movimentos em grande parte, segundo Green, perto do fim de 1972 haviam se desmantelado, e seus membros estavam mortos, presos e exilados, embora ainda

²³ Também chamados de *brazilianists*, o termo passou a ser utilizado por historiadores brasileiros no período do regime militar para com os estudiosos norte-americanos, que estudavam o Brasil, especificamente, no período conhecido como “milagre econômico”, quando o PIB crescia bruscamente. Cf. FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 28-29.

²⁴ GREEN, James Naylor. **Além do carnaval - a homossexualidade no Brasil no século XX**. São Paulo: Unesp, 2000, p. 391.

²⁵ FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 91.

existissem pequenos grupos esquerdistas de guerrilheiros urbanos. O autor ainda aponta que o governo de Médici não se limitou a neutralizar a oposição violenta ao governo, impuseram também pesadas regras de censura, ampliando o controle sobre a imprensa, o rádio, a televisão e as artes.

Carlos Fico afirma que, para os que vivenciaram a ditadura militar, se faz presente não só uma simples lembrança daquela época, “mas memória habitualmente rediviva, pois é difícil expurgar da lembrança tempos que deixaram marcas tão fortes como as da censura, da prisão, da tortura e assassinato político”.²⁶ O autor, ainda se referindo aos que compartilharam o regime, afirma que o mesmo foi também, tempo de “iniciação política para muitos, através do movimento estudantil, da atuação clandestina na esquerda, da opção extremada pelas armas ou por formas mais brandas de oposição, como a adesão a um abaixo-assinado ou ida a um *show* de música de protesto”.²⁷

Quando discutimos sobre história do movimento homossexual brasileiro, a afirmação feita por Fico, de que este período pode ser lembrado como “tempos de iniciação política”, é análoga. É neste período que se inicia no Brasil, organizações politizadas em forma de grupos. Em contraste com as alternativas presentes nos chamados “guetos” e de algumas associações existentes em períodos anteriores ao seu surgimento, o movimento politizado buscava um confronto político ao regime vigente. No entanto, embora os grupos possuíssem características identitárias semelhantes, cada grupo do movimento mantinha suas peculiaridades. Podemos elucidar estas diferenças apresentando as diferentes propostas dos grupos, como também, a forma com que buscaram visibilidade para suas reivindicações.

Jorge Caê Rodrigues relata as tentativas de discutir questões referentes à homossexualidade na obra *Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil* no que viria a ser, o primeiro grupo de afirmação homossexual no Brasil, o “SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual”.

Em 1976, o escritor e jornalista João Silvério Trevisan tentou formar um grupo para discutir a homossexualidade. Dos poucos que compareciam aos encontros, grande parte era reticente em falar publicamente de seus medos e anseios, ou em assumir a sua sexualidade. Esta iniciativa inspirou outras ações com o mesmo

²⁶ FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Op. cit., p. 9.

²⁷ *Idem*.

objetivo, as quais, ainda não tenham logrado êxito, marcaram o panorama inicial de um rico movimento.²⁸

João Silvério Trevisan, militante que participara das primeiras reuniões, aponta a necessidade das discussões que abarcassem o tema homossexualidade. Pois de fato, os grupos, embalados nos ideais da esquerda, mantiveram a atenção nos parâmetros da luta de classe.²⁹

Já em nossas primeiras reuniões no grupo, que ainda não tinha um nome fixo, despontaram estilos e preocupações não muito comuns aos encontros de jovens esquerdistas da época. Os temas procuravam concentrar-se sobre os indivíduos ali presentes e suas experiências quotidianas enquanto homossexuais, assim como dúvidas, problemas e projetos, visando dessa maneira a atuar sobre a realidade sem começar pelo *outro*, mas por nós próprios.³⁰

Mais tarde, alguns dos grupos representantes da esquerda, classificaram as reivindicações que partem da questão homossexual e não proletária como “luta menor”. Um exemplo das calorosas discussões entre os ativistas gays e os grupos ortodoxos de esquerda, foi no dia 8 de fevereiro de 1979, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trevisan descreve como se dividira o auditório naquele momento em que ministrava a palestra sobre as questões ligadas á homossexualidade.

De um lado, estudantes e profissionais da esquerda universitária protestavam sua fidelidade ao dogma da luta de classes e o carisma do proletariado. De outro, nós reivindicávamos a originalidade de nossas discussão e independência de nossa análise, não abrangidas necessariamente pela luta de classes, mas nem por isso, menos preocupados com a transformação social.³¹

Tendo ou não o apoio substancial da plateia que participava e dos grupos de um modo geral ali presentes, o fato que, a partir deste encontro, a discussão de temática

²⁸ RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 51.

²⁹ “[...] do ponto de vista da esquerda ortodoxa, as chamadas “minorias” apresentavam temas espinhosos. E, para nós das “minorias”, a sensação era de estar prensados num círculo de ferro, à direita e à esquerda.” Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. Op. cit., p. 338.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 339.

³¹ Idem, *ibidem*, p.343.

homossexual vinha à público através dos grupos. Parafraseando Trevisan: nossa luta estava finalmente na rua. Além disso, a presença do grupo, agora, batizado de Somos, impulsionou a formação de grupos de afirmação homossexual.

Em fevereiro de 1979, os membros deste grupo já agora batizado de “SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual” apareceram pessoalmente em público durante um debate sobre as minorias, promovido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. A importância deste debate é que marcou mais uma vez a crescente importância do movimento homossexual como interlocutor legítimo na discussão dos grandes assuntos nacionais. Além disso, foi uma experiência catártica que aumentou a confiança dos participantes e deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e outras cidades como também em vários estados.³²

Como exemplo dos grupos impulsionados pelo evento na USP, podemos citar o *Eros*, de São Paulo e o *Libertos*, de Guarulhos.³³ Estes grupos compareceram, junto a outros sete grupos, no I Encontro dos Homossexuais Militantes no final do ano de 1979. Segundo o *Grupo Gay da Bahia - GGB*, além dos dois grupos mencionados, participava *Somos/RJ*, *Anê/RJ*, *Somos/SP*, *Somos/Sorocaba*, *Beijo Livre/Brasília*, *Grupo Lésbico Feminista/SP*, *Grupo de Afirmação Gay/Caxias* e mais um representante de Belo Horizonte, futuro fundador do Grupo 3º Ato. Das reivindicações discutidas pelos militantes, destacavam-se a de incluir na Constituição Federal o respeito à “opção sexual” e lutar para retirar o termo “homossexualismo”³⁴ da lista das doenças mentais.³⁵

No dia do evento marcava-se outro congresso, o I Encontro de Grupo Homossexuais Organizados (Egho), sendo restrito apenas aos grupos de afirmação homossexual e convidados, e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (I Ebho), destinado ao público em geral. O *Grupo Gay Bahia* contabilizou cerca de seiscentas pessoas compareceram para a abertura do I Encontro Brasileiro de Homossexuais.

³² FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 12.

³³ FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Op. cit.

³⁴ O termo “homossexualismo” tornou-se incorreto devido o sufixo “ismo” referir-se a doença e anormalidade. O termo considerado correto é “homossexualidade”, pois o sufixo “dade” se refere a “modo de ser”. Sobre o tema, ver: Manual de Comunicação LGBT, disponível em: <<http://www.abgl.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>> consultado em 16/05/2013.

³⁵ *BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA*. Salvador: GGB, v. 3, n. 9, julho, 1984.

Segundo Facchini, neste mesmo ano o grupo *Somos* se dividia em três grupos, sendo eles o *Somos*, o *Grupo Lésbico-Feminista*, posteriormente rebatizado de *Galf* (*Grupo de Ação Lésbico Feminista*) e o *Grupo de Ação Homossexualista*, que seria rebatizado de *Outra Coisa*. Peter Fry e Edward MacRae relatam momentos de tensão na relação entre gays e lésbicas, possivelmente uma das questões causadoras da divisão do grupo e da formação do Grupo Lésbico-Feminista.

Especialmente irritante para elas era o uso freqüente do termo “racha” para designar qualquer mulher e a mania dos homens de se tratarem uns aos outros como se fossem eles próprios mulheres. As tensões aumentaram e, pouco tempo depois disso, aproveitando o ensejo de uma briga entre os homens que já começava a ameaçar a coesão do grupo *Somos*, as lésbicas deste grupo resolveram optar por uma total autonomia. Fundaram o Grupo de Ação Lésbico-Feminista em maio de 1980.³⁶

No entanto, o grupo *Somos*, que estava fragmentado, buscava-se reunir novamente. O motivo do reagrupamento era uma campanha contra o delegado Richetti. Não só o grupo homossexual, como também o movimento feminista e negro, juntara num ato público realizado no Teatro Municipal em 13 de junho de 1980.

Já por esta época, um delegado de polícia, José Wilson Richetti, começou uma cruzada moralizante com o fim de “limpar” o centro da cidade de prostitutas e homossexuais. Os métodos eram os de sempre: batidas relâmpago nos locais de reunião, a prisão ilegal para averiguação de antecedentes, mesmo no caso de pessoas com seus documentos em ordem, e o emprego de uma brutalidade extremada especialmente no caso de prostitutas e travestis. O movimento homossexual reagiu e, acionando os seus contatos com os movimentos feminista, negro e estudantil, promoveu uma inusitada passeata pelo centro da cidade como forma de protesto. Quase mil pessoas atenderam à chamada, prostitutas, alguns membros dos movimentos negro, estudantil e feminista, mas sobretudo, um grande contingente de homossexuais, que deram o tom do evento através de palavras de ordem do tipo: “Agora, já, queremos é fechar”, “ABX, libertem os travestis”, “Richetti é louca, ela dorme de touca” etc...³⁷

³⁶ FRY, Peter & MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* Op. cit., p. 28.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 28-29.

Após a passeata, o grupo *Somos*, voltava a se fragmentar. E ainda, alguns militantes acabam abandonando o grupo e formando “o *Coletivo Alegria-Alegria*, que se constituiu como ‘grupo de vivência’ e teve curta duração”.³⁸ Além das passeatas o movimento LGBT, promovia também, uma campanha em nível nacional, articulada pelo *GGB* (de Salvador), visava eliminação no código do INPS do item 302.0, no qual classificava o ato homossexual como doença. Peter Fry e Edward MacRae observam que campanha mobilizou uma parcela representativa que não era pertencente aos grupos de afirmação homossexual.

A campanha se alastra por grande parte do Brasil e já conseguiu a adesão de milhares de assinaturas para seu abaixo-assinado, não só de homossexuais, mas de uma grande proporção de outras pessoas, muitas delas personalidades destacadas no mundo científico, artístico e político. Além de batalhar por este abaixo assinado, o Grupo Gay da Bahia conseguiu também declarações oficiais de apoio de entidades como a Associação Brasileira de Antropologia e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Tenta-se desta forma exorcizar o fantasma da doença que paira sobre esta orientação sexual.³⁹

De fato a participação política em defesa dos direitos homossexuais por partidos políticos pode ser entendida também pela crescente visibilidade provocada pelas passeatas. Partidos que antes não estavam envolvidos na “causa”, agora buscavam demonstrar o seu afeto às questões discriminatórias no país.

[...] alguns partidos políticos de oposição, como o PT e o PMDB, têm tomado posições favoráveis aos direitos humanos dos homossexuais. Durante a campanha eleitoral de 1982, o candidato a governador de São Paulo pelo PT, Lula, fez uma declaração explicitamente manifestando a posição de seu partido de que a homossexualidade não deve ser tratada nem como crime nem como doença. Alguns outros candidatos daqueles dois partidos chegaram a dar uma ênfase ainda maior ao tema, produzindo, por exemplo, panfletos especialmente concebidos para serem distribuídos em lugares de frequência marcadamente homossexual.⁴⁰

³⁸ FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Op. cit., p. 96.

³⁹ FRY, Peter & MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* Op. cit., p. 30-31.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 32.

Começou a ser cedido o “espaço” em palanques de comícios para os representantes de grupos do movimento homossexual. Podemos citar como exemplo a “participação do GGB no grande comício do PMDB Pró-Eleições Diretas, Faixas e cartazes foram confeccionados pelo GGB mostrando a participação significativa dos homossexuais na busca do seu direito à escolha do presidente”.⁴¹ e da participação do grupo *Outra Coisa* “na discussão de temas ligados a homossexualidade na campanha eleitoral de 1982”.⁴²

Em contrapartida, pode-se identificar também, como o preconceito se manifestava na política daquela década, por exemplo, como uma forma de desabafo, o Senador Jarbas Passarinho afirmou, em 24 de setembro de 1986, ao *Jornal do Brasil*, que o “Homem público, quando não é corrupto, é viado ou corno”.⁴³ Utilizando as palavras do Senador na edição nº 14 do *Boletim do Grupo Gay da Bahia*, apresentou uma pesquisa sobre a discriminação no Brasil que tratava preconceito aos homossexuais em análise comparativa à discriminação racial e religiosa.

[...] pesquisas recentes comprovam que o preconceito e discriminação contra gays ainda são mais fortes do que a discriminação racial, religiosa, etc. Não deixa de ser sintomático que o insulto mais forte e mais comum em nosso país contra quem se quer agredir é exatamente chamá-lo de “viado”, termo chulo que vez por outra aparece estampado inclusive em nossa imprensa.⁴⁴

Denunciava-se então, pelo GGB, a discriminação motivada pela orientação sexual por parte de representantes políticos. Ainda nesta edição, assim como o Triângulo Rosa que foi oficializado no Registro Civil de Pessoa Jurídica, o GGB cita seu reconhecimento oficial e legalizado, sendo uma Associação Civil legalizada mediante sentença judiciária de 24 de janeiro de 1983.⁴⁵

⁴¹ *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Op. cit., p. 98.

⁴² FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Op. cit., p. 99.

⁴³ *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Op. cit., p. 149.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Op. cit.

Além da obtenção do direito de associação, a existência de uma personalidade jurídica pode ser muito importante num contexto em que os grupos/associações propunham a uma ação mais indireta e pragmática em favor dos direitos civis dos homossexuais.⁴⁶

É importante ressaltar que denúncias de violência divulgadas pelo GGB desde 1980, foram registros importantes para romper o silêncio sobre o assunto e acabaram sendo utilizados por militantes do movimento e em dossiês, principalmente na década seguinte.

As questões relacionadas à violência contra homossexuais eram tema abarcado também pelo grupo *Outra Coisa*, que “foi o primeiro grupo paulista a divulgar, em junho de 1983, informações a respeito da Aids”.⁴⁷

A violência simbólica ou física era utilizada como forma de reprimir os encontros promovidos pelos grupos do movimento homossexual. Durante o II Encontro do Movimento Homossexual, em que participaram cinco grupos, sendo eles o *Dialogay* (Sergipe), o *Gatbo*, o *Grupo Libertário*, o GGB o Grupo *Adé-Dudu* (Salvador), uma carta anônima, intitulada pelo GGB como “Ameaça ridícula”, dizia:

[...] vocês estão marcados para morrer quando da realização desse encontro de pederastas que não será realizado, pois, nós homens que combatemos em favor da família baiana de honrosas tradições e pelo bem dos homens honrados estamos dispostos até a morte para impedir tamanha safadeza.⁴⁸

Embora algumas providências tenham sido tomadas pelo grupo GGB, como o contanto com Secretário de Segurança Pública do Estado pedindo segurança policial aos participantes. O encontro transcorreu normalmente. Nele traziam novas questões que serão abarcadas pelos grupos posteriormente.

⁴⁶ FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Op. cit., p. 114.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 99.

⁴⁸ *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Op. cit., p. 98.

Além das lutas pela “despatologização” e por legislação antidiscriminatória, já aprovadas em outros encontros, esse encontro aprovou que se lutasse pela legislação do “casamento gay”, por um tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares.⁴⁹

A ameaça de que os grupos politizados, ao buscarem seus direitos, estariam destituindo os valores morais e a família, são argumentos comumente utilizados por líderes religiosos e por instituições que buscavam/buscam “representar da família”. Em resposta a esta idéia, o GGB realizou no dia 13 de fevereiro de 1984 o Ato Público comemorativo do Ano Gay Internacional.

O evento político teatral contou com um elenco de 13 membros do GGB e sua estrutura cênica aborda as forças repressoras que oprimem o homossexual: a igreja, a família, os médicos e os sistemas totalitários representados pela ideologia nazifascista. O ponto alto da manifestação foi a queima dos documentos que cristalizaram a opressão, que são: A encíclica Papal, que condenava as relações homos e o Código 302.0 da OMS, que taxa os homossexuais de portadores de ‘desvio e transtorno sexual’. O evento foi finalizado com um gesto de solidariedade dos atores e públicos presentes na praça do povo e do poeta da liberdade.⁵⁰

Ainda no ano de 1984, o grupo *Outro Coisa* encerra suas atividades, o motivo seria a falta de interesse por parte dos militantes e a insuficiência de recursos para pagar o aluguel de sua sede, um ano antes do encerramento do *Somos*. Dos grupos paulista, “o Galf foi o único que atravessou esses mais de vinte anos de movimento, chegando aos anos de 1990 como Rede de Informação Um Outro Olhar, nome que passou a utilizar, a partir do momento em que adotou o formato de ONG”.⁵¹

No entanto, mesmo tendo restado poucos grupos criados nas duas décadas anteriores, “o ativismo pelos direitos dos homossexuais volta a florescer nos anos de 1990, quando os encontros nacionais do movimento passam a ocorrer com periodicidade anual ou bienal e a quantidade de grupos a esses eventos aumenta consideravelmente.”⁵² Cabe citar, as novas formas institucionalizadas do movimento nesta década, como as

⁴⁹ FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Op. cit., p. 105.

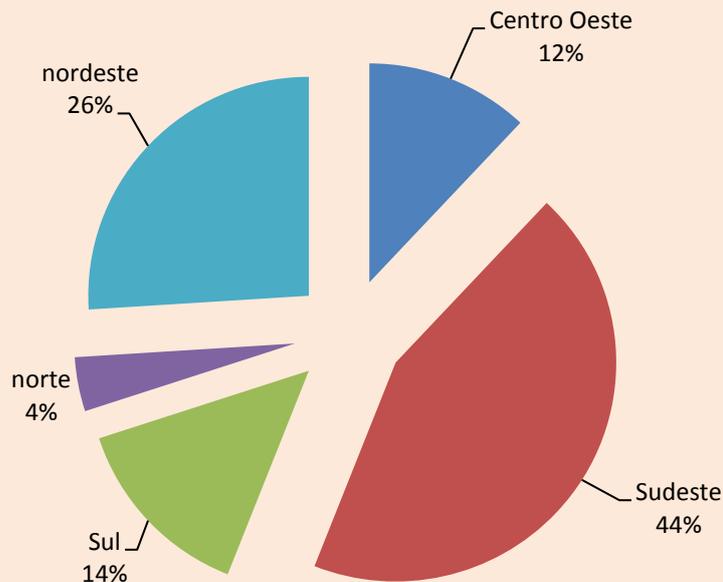
⁵⁰ *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Op. cit., p. 105-106.

⁵¹ FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Op. cit., p. 99.

⁵² *Idem*, *ibidem*, p. 121.

ONGs, que no geral, mostram uma preocupação constante com a AIDS e atuam com apoio governamental.

A mesma autora afirma que no ano de 1998 a ABGLT listava a existência de 68 grupos/organizações do movimento homossexual em todo o Brasil. Em sua obra *Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades nos anos 90* divide os grupos citados no documento da ABGLT por região, como mostramos abaixo.

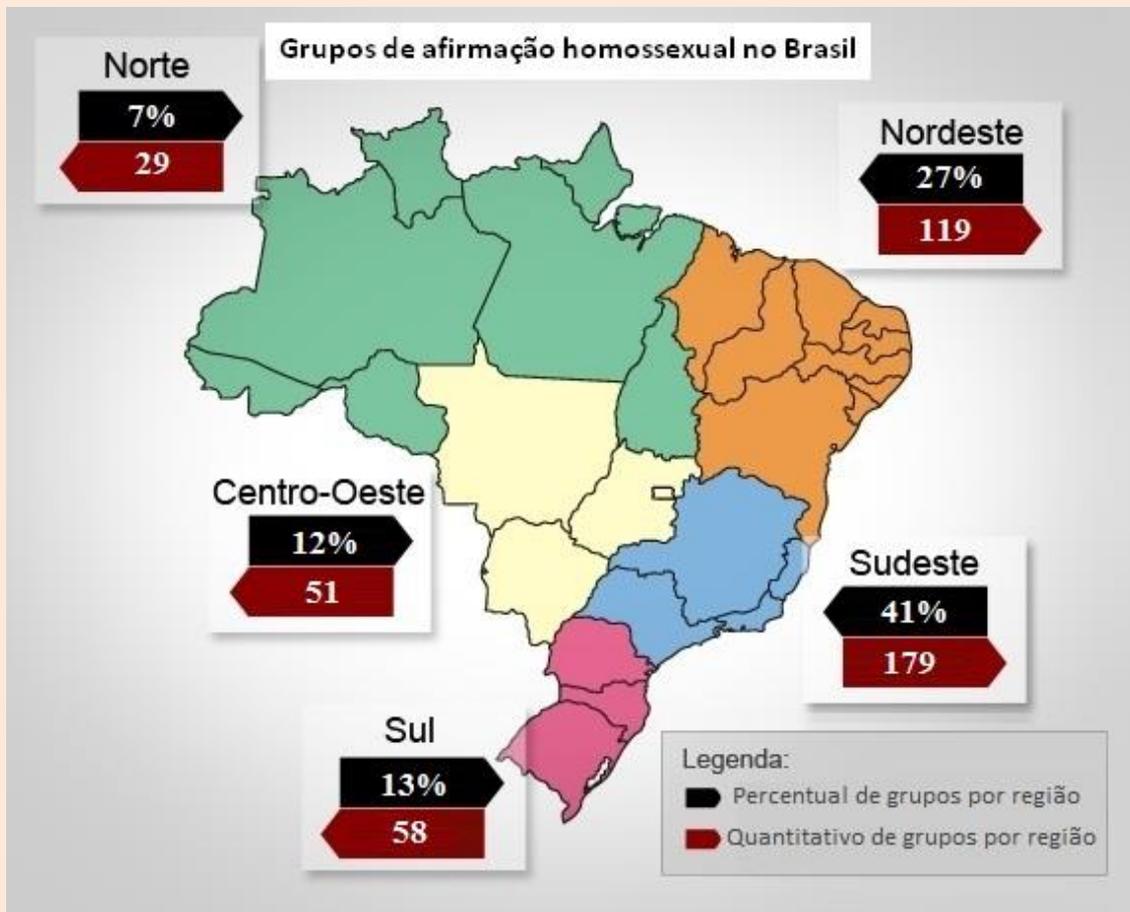


Fonte: FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 136.

A autora pondera sobre o percentual da região Sudeste, que dos 30 grupos, dezoito eram do Estado de São Paulo, representando então, 60% dos grupos da região supracitada. Parte do levantamento que realizamos no ano de 2015, também foi pelo site da ABGLT, consoante aos dados apontados pela autora, uma porcentagem significativa de grupos pode ser identificada no Estado de São Paulo. Entre os Colaboradores e as Associações Afiliadas que constam no sítio, 102 grupos são da região Sudeste, e desta, 39 do Estado de São Paulo, o que significa 38% dos grupos de toda região.

No levantamento que realizamos pelo site da ABGLT, do *Grupo Gay da Bahia* (G. G. B.) e pela bibliografia especializada, a região Sudeste apresentou o maior número de grupos, seguido do Nordeste, Sul, Centro Oeste e por último, a região Norte.

Apresentamos abaixo, um gráfico com os números absolutos e o percentual de cada região.



Pelo site da ABGLT, no item *afiliação*, foi possível encontrar 316 grupos, com o acréscimo de outros grupos levantados pela bibliografia especializada e pelo site do *Grupo Gay da Bahia*, obtivemos o total de 436 grupos. Um quantitativo próximo aos dos grupos associados a International Lesbian and Gay Association (Ilga), “registrada, sob as leis da Bélgica, como uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, de caráter internacional,[...] a ONG contava[...] com cerca de 450 grupos associados em mais de sessenta países”⁵³ no ano de 1995.

Em análise comparativa, os grupos levantados por Facchini no sítio da ABGLT em 1998, e os grupos que identificamos com o levantamento realizado em 2015,

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 128.

apresentam o mesmo ordenamento sobre o percentual em cada região do Brasil, permanecendo a região Sudeste, depois de quase duas décadas, com a maior porcentagem de grupos do Brasil.

Ponderamos que o gráfico apresentando não representa o número de grupos existentes no Brasil, pois o levantamento que fizemos foi restrito à dois sítios da WEB e, livros e artigos voltados a temática do movimento homossexual brasileiro. Nos livros e artigos, os grupos que aparecem são, geralmente, os que atuaram mais notoriamente, principalmente nos eventos promovidos pelo movimento organizado. No decorrer deste levantamento, outros grupos foram identificados em blogs e sites, mas não foram acrescentados na pesquisa.

Houve um cuidado em não repetir os grupos de uma fonte com a outra para não interferir no resultado do gráfico. Mas é importante ressaltar, que mesmo nos sites de associações e grupos de reconhecimento nacional, alguns grupos apresentavam diferenças terminológicas. Por exemplo, no site Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, o grupo *GRADELOS* da **Região** Centro-Oeste apresentava-se como *GRADELOS “TEREZA DE BENGUELA” – MT: GLBT*, já no site oficial do *Grupo Gay da Bahia*, o grupo foi citado como *GRADELOS - Grupo Afro-descendente de Livre Orientação Sexual*. Foi possível perceber que se tratava do mesmo grupo pelas informações como **endereço residencial, e-mail e o responsável pelo** grupo, que eram iguais em ambos os sites.

Nos sites supracitados também apareceu diferenças quanto as classificação dos Grupos como o *Ipê Rosa*, que aparece no site Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis como *Associação Ipê Rosa* e no site oficial do *Grupo Gay da Bahia* como *Grupo Ipê Rosa*. Tanto as diferenças tipológicas, quanto as terminológicas, podem ser explicadas na medida em que entendemos que os grupos mudam ou se institucionalizam no transcurso de sua história. Compreender o processo de construção e desconstrução das identidades coletivas é um aliado importante para não se emitir juízo de valores, como o equívoco da mídia brasileira que, ao discutir o acréscimo de siglas no interior do movimento homossexual brasileiro, utilizou, ingenuamente, a expressão “sopa de letrinhas”.

Considerações Finais

Cabe-nos discutir a classificação dada como “luta menor” pelos grupos que não partilhavam das questões voltadas à homossexualidade, confrontando a afirmação, com a campanha promovida pelo Grupo Gay da Bahia para a eliminação do código INPS do item 302.0 e o apoio através das assinaturas para o abaixo-assinado. Como a “luta menor” poderia sensibilizar milhares de pessoas que não eram atingidos diretamente com o código?

No Brasil, em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, da homossexualidade do código 302.0, referente a desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças. Já em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, no qual pondera que a homossexualidade não se constitui uma doença, nem distúrbio e nem perversão, e ainda, que existe na sociedade uma inquietação em torno de práticas sexuais que não se enquadram em normas estabelecidas sócio-culturalmente.

De fato, as mudanças que ocorreram ou que viriam ocorrer, estavam intimamente ligadas aos movimentos sociais da abertura política no Brasil, além do mais, os grupos daquele momento serviram como fonte de estudo ou de modelo aos grupos que surgiram posteriormente, ou como Facchini chamou, os grupos da “segunda onda”. Pode-se então, verificar a importância dos grupos de afirmação que surgiram naquele momento para décadas seguintes.

A ditadura militar retardou a formação do movimento homossexual, como também, a crise da dívida internacional e a política autoritária limitaram as ações dos grupos entre o final da década de 1970 e início de 1980, diferente do contexto da política neoliberal no final da década de 1980 e início de 1990, que do ponto de vista econômico, positivou a imagem do homossexual.

A década de 1980, no tocante ao movimento homossexual, é considerada, de modo geral, como um momento de declínio dos grupos. Esta redução drástica é atribuída ao surgimento da epidemia do vírus da AIDS, que foi de modo preconceituoso, associada à homossexualidade e chamada de “peste gay”.

No ano de 1985, último ano de vigência do governo militar, haviam apenas seis grupos em todo o Brasil, qual seja, o Grupo Gay da Bahia e o Adé-Dudu, na Bahia, o Atobá e o Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro e Galf, em São Paulo.

Na segunda metade dos anos de 1990, a divulgação de estatísticas por dois grupos que restaram, o Grupo Gay da Bahia e Grupo Atobá, tornam-se frequente e vem acompanhando sistematicamente a divulgação de novos casos de assassinatos. Estes documentos passaram a ser utilizados para denunciarem a violência e a discriminação em torno da homossexualidade e, provocaram o Estado a elaborar e efetivar políticas públicas de segurança.